



Handwritten notes and signatures in the top right corner, including the name "Santos" and other illegible marks.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS DO INSTITUTO POLITÉCNICO DE SANTARÉM

1. IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE, PERÍODO DE RELATO E REFERENCIAL CONTABILÍSTICO

1.1. IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE, PERÍODO DE RELATO:

a) Designação: Instituto Politécnico de Santarém e Serviços de Ação Social

O Instituto Politécnico é uma pessoa coletiva de direito público, dotada de autonomia estatutária, financeira, patrimonial, científica, pedagógica e disciplinar.

b) Endereço: Complexo Andaluz, 2000 – 210 Santarém

c) Código da Classificação Orgânica: 09.10.37.300 e 09.1.03.74.00

d) Tutela: Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (MCTES)

e) Legislação:

Legislação que criou a instituição e principal legislação aplicável: Na sequência da Lei n.º 62/2007, de 10 de setembro, que aprovou o novo Regime Jurídico das Instituições de Ensino Superior, foram elaborados os Estatutos do Instituto Politécnico de Santarém homologados pelo Despacho Normativo n.º 56/2008, publicados no Diário da República n.º 56/2008, 2.ª Série n.º 214, de 4 de novembro de 2008, produzindo efeitos, a nível financeiro, a partir de 1 de janeiro de 2009.

Os SASIPS foram criados em 1 de novembro de 1995 tendo o respetivo quadro de pessoal sido aprovado pela Portaria n.º 189/97, publicada no DR I Série B, de 19 de março.

Desenvolvem a sua atividade em obediência ao quadro jurídico estabelecido pelo Decreto-Lei n.º 129/93, de 22 de abril, Lei n.º 37/2003, de 22 de agosto e Lei n.º 62/2007, de 10 de setembro e Regulamento Interno dos Serviços de Ação Social do Instituto Politécnico de Santarém, Regulamento n.º 806/2010 (Diário da República, 2.ª série, n.º 206, de 22 de outubro).

JA
-Seixas
AZ



f) Designação e Sede da Entidade que Controla Final e Local Onde Podem Ser Obtidas Cópias das Demonstrações Financeiras Consolidadas:

Instituto Politécnico de Santarém

Complexo Andaluz Apartado 279, 2001-904 Santarém

g) Não se aplica

h) Período de Relato:

O período de relato abrangido pelas presentes demonstrações financeiras é de 1 de Janeiro de 2020 a 31 de Dezembro de 2020. São também apresentados, para efeitos de comparabilidade, os valores que correspondem ao período de 1 de Janeiro a 31 de Dezembro de 2019 em determinadas situações.

1.2. REFERENCIAL CONTABILISTICO E DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

a) Indicação da Aplicação do Referencial Contabilístico SNC-AP e Derrogação das disposições do SNC-AP

As demonstrações financeiras foram preparadas em conformidade com Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), aprovado pelo Decreto-Lei nº 192/2015, de 11 de setembro. Devem entender-se como fazendo parte daquelas normas as Bases para a Apresentação de Demonstrações Financeiras, os Modelos de Demonstrações Financeiras, o Código de Contas, as Normas de Contabilidade Pública (NCP) e o Manual de Implementação do SNC-AP. Não existiram, no decorrer do exercício a que respeitam estas Demonstrações Financeiras, quaisquer casos excepcionais que implicassem diretamente a derrogação de qualquer disposição prevista pelo SNC-AP.

b) Indicação e comentário das contas do balanço e da demonstração dos resultados não sejam comparáveis com os do período anterior

Os conteúdos das contas do balanço e da demonstração dos resultados são comparáveis nos dois períodos apresentados.



JA
S. Seixas
[Signature]

As notas explicativas que se seguem respeitam a numeração sequencial definida no SNC-AP sendo que aquelas, cuja numeração se encontra ausente deste anexo não são aplicáveis ou a sua apresentação não é relevante para a leitura das demonstrações financeiras anexas.

c) Alteração de Itens nas Demonstrações Financeiras

A apresentação ou classificação de itens das demonstrações financeiras não foi alterada.

d) Comentário do Órgão de Gestão sobre a quantia dos saldos significativos de caixa e seus equivalentes que não estejam disponíveis para uso

No decorrente ano, não existiram saldos de caixa e/ou seus equivalentes indisponíveis para uso.

e) Desagregação dos valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários

A desagregação dos valores inscritos na rubrica do Balanço "Caixa e Depósitos" em 31 de Dezembro de 2020, por comparação com o período anterior, apresenta-se no quadro seguinte:

	31/12/2020	31/12/2019
Caixa	567,85 €	186,51 €
Depósitos Bancários: Caixa Geral de Depósitos, Santander, Millenium e BPI	130.960,53 €	156.070,97 €
Depósitos Bancários: Instituto Gestão Tesouraria e Crédito Público	636.605,69 €	387.573,06 €
TOTAL DE CAIXA E DEPÓSITOS	768.134,07 €	543.830,54 €

Em relação ao IPS na sequência da implementação do interface do SIGARRA- Epublica (académicos- financeira), os valores das dívidas das propinas passaram a constar das demonstrações financeiras. Verifica-se, no entanto, que foi necessário regularizar alguns

Handwritten signatures and initials in the top left corner.



débitos que estavam considerados de forma duplicada e que ficaram por identificar transferências bancárias designadamente no caso dos alunos externos que pela sua especificidade necessitaram de tratamento específico.

No corrente ano, não existiram saldos de caixa para uso. O detalhe do montante considerado como saldo final na rubrica de “Caixa e equivalentes de caixa” para efeitos da elaboração da demonstração de fluxos de caixa para o período de doze meses findo em 31 de dezembro de 2020.

2. PRINCIPAIS Políticas CONTABILÍSTICAS, ALTERAÇÕES NAS ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS E ERROS

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as disposições do SNC-AP em vigor.

As demonstrações financeiras foram preparadas na base na continuidade das operações e em conformidade com os conceitos contabilísticos fundamentais de comparabilidade, consistência, especialização dos exercícios, substância sob a forma, não compensação e materialidade, respeitando as características qualitativas da relevância, fiabilidade e comparabilidade.

A preparação das demonstrações financeiras em conformidade com o SNC-AP requer o uso de estimativas, pressupostos e julgamentos críticos no processo da determinação das políticas contabilísticas a adotar, com impacto significativo no valor contabilístico dos ativos e passivos, assim como nos rendimentos e gastos do período de reporte.

Apesar de estas estimativas serem baseadas na experiência dos Órgãos de Gestão e nas suas expectativas em relação aos eventos e ações correntes e futuras, os resultados atuais e futuros podem diferir destas estimativas.

3. ATIVOS INTANGÍVEIS

OS ativos intangíveis encontram-se valorizados ao custo de aquisição deduzido das depreciações acumuladas e eventuais perdas por imparidade.



LR
-Stein
AB

O custo de aquisição inclui o preço de compra do ativo, as despesas diretamente imputáveis à sua aquisição e os encargos suportados com a preparação do ativo para que este se encontre na sua condição de utilização.

As depreciações são imputadas de acordo com o método das quotas constantes, sendo aplicado de forma consistente de período para período.

Considerou-se a vida útil constante na tabela anexa ao Classificador Complementar 2 que integra o Decreto-Lei nº 192/2015 de 11 de Setembro, para aquisições efetuadas desde 2018.

Para as aquisições de anos anteriores mantiveram-se as vidas úteis que vinham sendo consideradas de acordo com o CIBE – Cadastro e Inventário dos Bens do Estado.

Para os bens de reduzido valor, e com o intuito de manter a comparabilidade e continuidade dos registos contabilísticos, o IPS optou por depreciar na sua totalidade os bens no ano de aquisição, aplicando assim o que se encontra estipulado no artigo n.º 34 do CIBE (Portaria nº671/2000): *“Em regra, são totalmente amortizados no ano de aquisição ou produção os bens sujeitos a depreciação, em mais de um ano económico, cujos valores unitários não ultrapassem 80% do índice 100 da escala salarial das carreiras de regime geral do sistema remuneratório da função pública”*.

3.1. Variação das depreciações e perdas por imparidade acumuladas

Em 2020, não houve variações das depreciações e perdas por imparidade acumuladas.

3.2. Quantia escriturada e variações do período

No decurso do ano de 2020, os ativos intangíveis não sofreram qualquer aumento.

3.2.1- Desagregação das adições

Em 2020, os ativos fixos intangíveis não registaram adições.

3.2.2.- Desagregação das diminuições

LA
- Serviços
Am

Em 2020, os ativos fixos intangíveis não registaram diminuições.

3.3. Excedentes de revalorização

Não se registaram registos no ano de 2020.

4. ACORDOS DE CONCESSÃO DE SERVIÇOS: CONCEDENTE(SAS)

Nº do Contrato	Concessionário	Ativo de Concessão	Período de Concessão	Valor do Contrato	Pagamentos do Concessionário com IVA		
					Anos Anteriores	Ano Corrente	Anos Futuros
5426514	Cafécop, Lda	Concessão de Exploração de 4 Máquinas de Vending (em Espaços dos SAS)	11/02/2019 a 10/02/2022	787,20€ (640,00€ + IVA) + 20% Volume Vendas	1.266,51 €	0,00 €	1.134,33 €
4015145	Eurest (Portugal) Sociedade Europeia de Restaurantes, Lda	Exploração de Cafetarias/Bares	01/01/2018 a 31/12/2020	500€ Mensais (Exceção Julho, Agosto e Setembro) + 3% Receitas Obtidas	18.489,41 €	3.316,67 €	4.883,55 €

5. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

As depreciações no IPS são imputadas de acordo com o método das quotas constantes, regime duodecimal, sendo este aplicado de forma consistente de período para período. Os SAS adotaram o método das quotas constantes, regime anual.

O custo de aquisição inclui o preço de compra do ativo, as despesas diretamente imputáveis à sua aquisição e os encargos suportados com a preparação do ativo para que este se encontre na sua condição de utilização.



[Handwritten signatures]
- S. Soares

Considerou-se a vida útil constante na tabela anexa ao Classificador Complementar 2 que integra o Decreto-Lei nº 192/2015 de 11 de Setembro, para aquisições efetuadas desde 2018.

Para as aquisições de anos anteriores mantiveram-se as vidas úteis que vinham sendo consideradas de acordo com o CIBE – Cadastro e Inventário dos Bens do Estado.

No final do ano económico de 2020, encontravam-se por regularizar (IPS) no Ativo corrente as instalações dos Bares localizados nas Escolas Superiores pertença deste Instituto que se encontram contabilizadas no ativo do IPSantarem ao invés de estar no ativo dos Serviços de Ação Social. No entanto, e aquando da análise das contas consolidadas verifica-se não haver incoerências.

O Instituto encontra-se a desenvolver esforços no sentido de regularizar os referidos bens.

O crescimento registado na rubrica de Ativos Fixos Tangíveis, resulta, entre outros, do investimento realizado com a modernização de infraestruturas e equipamentos através da utilização das verbas dos projetos.

No entanto, em termos líquidos houve um decréscimo em consequência de as amortizações registadas serem superiores aos investimentos realizados.

Quadro 5.1 – Ativos Fixos Tangíveis – Variação das Depreciações e Perdas por Imparidade Acumuladas

Em 2020, a variação das depreciações e perdas por imparidade acumuladas registaram os valores que constam no Anexo A.

Quadro 5.2 – Ativos Fixos Tangíveis – Quantia Escriturada e Variações do Período (Valores Líquidos) Anexo B

Quadro 5.2 A – Ativos Fixos Tangíveis – Adições

Anexo C



LA
S. Seixas

Quadro 5.2 B – Ativos Fixos Tangíveis – Diminuições

Anexo D

6. LOCAÇÕES

A locação, é um acordo pelo qual o locador transfere para o locatário o direito de uso de um ativo durante um período de tempo acordado, em troca de um pagamento ou de uma série de pagamentos.

As locações podem ser classificadas como financeiras ou operacionais, sendo consideradas financeiras quando se transfere substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à propriedade. Caso contrário são consideradas locações operacionais.

Neste último caso, as rendas a pagar são reconhecidas como gasto na demonstração de resultados numa base linear, durante o período da locação.

O IPSantarem, é atualmente locatário de uma locação operacional, nomeadamente de um aluguer operacional de uma viatura, com um valor associado de 15.527,52€ acrescido de IVA.

O contrato estipulado entre o IPSantarem e a Leaseplan Portugal- Comercio e Aluguer de Automóveis e Equipamentos Unipessoal, Lda teve início em 2018 e tem a duração de 36 meses

7. CUSTOS DE EMPRÉSTIMOS OBTIDOS

Não Aplicável.

8. PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO

Não Aplicável.



JA
S. Soares
Sj

Conta de Gerência Consolidada de 01/01/2020 a 31/12/2020

9. IMPARIDADES DE ATIVOS

Em 2020 não foram registadas imparidades nos Ativos Fixos Tangíveis.

10. INVENTÁRIOS

Apesar de não haver conta de inventários, as políticas contabilísticas adotadas na mensuração dos mesmos, incluindo a fórmula de custeio utilizada, foi o custo histórico.

11. AGRICULTURA

Apesar de não haver conta de inventários, as políticas contabilísticas adotadas na mensuração dos mesmos, incluindo a fórmula de custeio utilizada, foi o custo histórico.

12. CONTRATOS DE CONSTRUÇÃO

Não Aplicável.

13. RENDIMENTOS DE TRANSAÇÕES COM CONTRAPRESTAÇÃO

Os rendimentos de transações com contraprestação decorrentes da atividade ordinária dos SAS IPSantarém são reconhecidos pelo seu justo valor, entendendo-se como tal o que é livremente fixado entre as partes contratantes numa base de independência.

São registados no período a que se referem, independentemente do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o princípio contabilístico da especialização dos exercícios.

O IPSantarém adota uma política de faturação a alunos com a emissão das faturas relativas a todo o ano letivo no ato da matrícula, ou seja, no início do ano letivo. Simultaneamente, o Instituto adota o princípio contabilístico da especialização dos exercícios no que respeita ao reconhecimento dos proveitos com propinas do ano letivo de 2020/2021. Assim, e como o ano



Leopoldo
Seixas
Arij

letivo envolve dois anos civis, e para efeitos de especialização das propinas, os proveitos do exercício incluem os 4 meses (setembro a dezembro) do referido ano letivo, tendo os restantes 6 meses (janeiro a junho) sido registados em Proveitos Diferidos (valores retirados do mapa de execução orçamental- receita emitida).

Conta	Descrição	2019	2020
70	Impostos, contribuições e taxas	3.476.066,75 €	3.976.083,03 €
7041201	Certidões	270,00 €	175,00 €
7041991	Taxas Inscrição/Reinscrição Desporto	3.437.506,21 €	3.953.995,88 €
7044	Multas e outras penalidades	38.290,54 €	21.912,15 €
71	Vendas	148.936,50 €	168.689,81 €
711	Mercadorias	9.103,13 €	4.147,04 €
712	Produtos acabados e intermédios	139.331,71 €	164.542,77 €
713	Subprodutos, desperdícios	501,66 €	0,00 €
72	Prestações de serviços e concessões	444.827,96 €	399.390,62 €
7205	Concessões	1.600,00 €	939,78 €
7207	Estudos, Pareceres e consultoria	3.000,00 €	1.783,08 €
7208	Serviços sociais, recreativos, culturais e desporto	206.145,63 €	162.332,43 €
7210	Serviços laboratoriais	43.482,07 €	37.010,81 €
7211	Aluguer de Equipamentos	0,00 €	92,00 €
7299	Outros serviços	190.600,26 €	197.232,52 €



JA
Santarém

Conta de Gerência Consolidada de 01/01/2020 a 31/12/2020

78	Outros Rendimentos	107.792,02 €	132.527,01 €
7812	Arrendamento de espaços e aluguer de equipamento	9.168,13 €	4.460,00 €
7819	Outros Rendimentos Suplementares	3.463,50€	28.939,33 €
78801	Rendimentos Correntes	73.031,19 €	45.616,20 €
7881	Correções Relativas a Períodos Anteriores	21.854,13 €	42.678,23 €
7889	Outros Não Especificados	275,07 €	10.833,25 €

14. RENDIMENTOS DE TRANSAÇÕES SEM CONTRAPRESTAÇÃO

Os rendimentos de transações sem contraprestação são registados no período a que se referem, independentemente do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o princípio contabilístico da especialização dos exercícios.

Conta	Descrição	2020	2019
75	Transferências e Subsídios Correntes Obtidas	18.168.768,48	15.496.680,60
		€	€
751	Transferências Correntes Obtidas	18.093.579,96€	15.422.949,42
752	Subsídios Correntes	75.188,52 €	73.731,18 €

Nos SAS, o valor reconhecido em resultados refere-se às seguintes transferências:

- Transferência do Orçamento de Estado para funcionamento, no montante de 508.639€;
- Transferência do IEFP como participação de despesas ao abrigo de Contrato de Emprego-Inserção, no montante de 4.231,12€;



Stáixis
Ary

- Projeto + Social - Plataforma Open Source de Serviços de Apoio aos Estudantes do Ensino Superior - POCI-02-0550-FEDER-040599 (Reembolsos Previstos 2020), no montante de 119.187,00€.

Em relação ao IPS, os subsídios relacionados com rendimentos são reconhecidos como rendimentos do próprio período, na rubrica "subsídios correntes obtidos". Em 2020 atingiram o montante de 17 536 711,36€.

O montante mais significativo tem origem no Orçamento de Estado cujo valor ascendeu a 14.320.461€.

Relativamente a outros subsídios obtidos verificaram-se que a sua origem foi maioritariamente da União Europeia, de SFA e de entidades financiadoras de projetos cofinanciados.

15. PROVISÕES, PASSIVOS CONTINGENTES E ATIVOS CONTINGENTES

Não existem situações passíveis para o registo de provisões.

15.2 Passivos Contingentes

Os passivos contingentes são definidos como: a) obrigações possíveis que surjam de acontecimentos passados e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência, ou não, de um ou mais acontecimentos futuros, incertos e não totalmente sob o seu controlo ou (b) obrigações presentes que surjam de acontecimentos passados mas que não são reconhecidas porque não é provável que um exfluxo de recursos que incorpore benefícios económicos seja necessário para liquidar a obrigação, ou a quantia da obrigação não pode ser mensurada com suficiente fiabilidade.



[Handwritten signatures]
S. Soares

15.3 Ativos Contingentes

Os ativos contingentes resultam da análise de eventos não planeados ou outros esperados que darão origem à possibilidade de um influxo de benefícios económicos, mas porque não são certos, não se encontram registados nas demonstrações.

16. EFEITOS DE ALTERAÇÕES EM TAXAS DE CÂMBIO

Não Aplicável.

17. ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DE RELATO

Não existem acontecimentos após o relato, a identificar.

18. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

18.1 Ativos Financeiros

O IPSantarém determinam a classificação dos ativos financeiros na data do reconhecimento inicial de acordo com a NPC 18, sendo os mesmos mensurados pelo seu justo valor.

São registados ao custo dos ativos financeiros que constituem contas a receber (Clientes, Outros Devedores, etc.).

O IPSantarem mantém as participações financeiras que constam da tabela anexa, contabilizadas a custo de aquisição:



LA
- Seixas
Am

Designação entidades participadas	Quantidade	Valor nominal	
		Unitário	Global
Cereal Plus Agrupamento de Produtores de Cereais, SA	1	5,00 €	5,00 €
Agromais Entrepoto Comercial Agrícola, CRL	2.400	2,50 €	6.002,00 €
PCTA,SA	1	10.000,00 €	10.000,00 €
COTHN - Centro Operativo e Tecnológico Hortofrutícola Nacional	6	250,00 €	1.500,00 €
TAGUSVALLEY	1	5.000,00 €	5.000,00 €
ANIMAFORUM - Associação para o Desenvolvimento da Agroindústria	1	500,00 €	500,00 €
INOVREGIO - Associação de Inovação Regional	12	500,00 €	6.000,00 €
		TOTAL	29.007,00 €

❖ Contas a Receber

As dívidas de clientes e de outros terceiros encontram-se registadas pelo seu valor nominal deduzido de eventuais perdas de imparidade, de forma a refletir o seu valor realizável líquido.

As perdas por imparidade são registadas na sequência de eventos ocorridos que indiquem objetivamente e de forma quantificável que a totalidade ou parte do saldo em dívida não será recebido.

Para efeitos de constituição da imparidade os SAS e o IPSantarém adotam as taxas previstas no artigo 28º-B do CIRC.

As perdas por imparidade em créditos em mora, estão sujeitas aos seguintes limites, calculados sobre os valores em dívida:

Perdas por Imparidade	Mora no Pagamento	Limite
Crédito em Mora	Mais de 6 Meses até 12 Meses	25%
	Mais de 12 Meses até 18 Meses	50%
	Mais de 18 Meses até 24 Meses	75%
	Mais 24 Meses	100%



JP
- SIKAS
fmg

As perdas por imparidade são ajustadas em função da evolução das contas correntes, sendo que os reforços são reconhecidos como gastos do período e as reversões, decorrentes da cessação total ou parcial do risco, nos rendimentos.

Conta	Descrição	2019	2020
211	Clientes conta corrente	188.422,18€	152.988,33€
214	Utentes (alunos) conta corrente	3.060.601,56€	2.666.333,75€
27891	Outros devedores diversos	0,00€	918.749,39€
219	Perdas por imparidade acumulada	(556.695,72€)	(874.853,99€)
	TOTAL	2.692.328,02 €	2.863.217,48 €

No início do período, o IPSantarém tinha constituído imparidades no montante global de 535 335,85€ que foi aumentada durante o ano de 2020 perfazendo o total de 848 917,78€.

A contrapartida deste aumento (313.581,93) foi contabilizada na conta 65 Imparidade de dívidas a receber.

No início do período, os SAS tinham constituído imparidades no montante global de 21 359,87€ que foi aumentada durante o ano de 2020 perfazendo o total de 25 936,21€.

Nas Outras Contas a Receber estão registados os valores de referentes a outros acréscimos de rendimentos, cujo rendimento é referente ao ano de 2020 e o recebimento ocorre em 2021.

Nos SAS está registado o montante de 111.969,51€ referente aos reembolsos previstos de receber durante o ano de 2020 (Projeto + Social - Plataforma Open Source de Serviços de Apoio aos Estudantes do Ensino Superior - POCI-02-0550-FEDER-040599). Dos 119.187€ inicialmente previstos, foram recebidos 7.217,49€.



Handwritten signatures and initials, including the name "Santos" and a signature that appears to be "Ary".

18.1.2 Desagregação dos valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários

Os valores dos saldos das contas de Meios financeiros líquidos em 31/12/2020 são os seguintes:

- Caixa- 567,85€
- Depósitos no IGCP- 636.605,69€
- Depósitos na CGD- 78.192,14€
- Depósitos noutros bancos- 52.768,39€

O valor constante na CGD diz respeito essencialmente a transferências feitas por entidades externas nos últimos dias do ano.

As contas bancárias existentes noutros bancos foram abertas para satisfazer os requisitos obrigatórios no âmbito de protocolos estabelecidos entre o IPSantarém e as entidades bancárias. Serão encerradas assim que os protocolos se extinguirem.

18.2 Passivos Financeiros

Os SAS e o IPSantarém determinam a classificação dos passivos financeiros na data do reconhecimento inicial de acordo com a NPC18, sendo os mesmos mensurados pelo seu justo valor.

18.2.1. Estado e Outros Entes Públicos

Em 31 de dezembro os saldos a pagar ao Estado ascendem a 1 229 551,00€ que engloba o IRS de trabalho dependente e independente, Caixa Geral de Aposentações e Segurança Social. O saldo existente diz respeito a despesas com pessoal de novembro e dezembro que foram pagos em 2021.



LR
S. S. S. S.
A. S.

Tal situação deriva da acentuada falta de financiamento por parte do Estado que, em 2020, apesar de ter sido concedido um reforço, ficou aquém do necessário. Este valor é manifestamente insuficiente para suprir as obrigações estabelecidas na lei designadamente ao nível das Despesas com Pessoal.

As dívidas à Segurança Social e à AT foram as seguintes (parte da entidade patronal):

Autoridade Tributária- 458.878€

Segurança Social e Caixa Geral de Aposentações- 771 139€

❖ **Contas a Pagar**

- ❖ As contas a pagar encontram-se registadas pelo seu valor nominal. O seu desconhecimento ocorre quando cessam as obrigações decorrentes dos contratos, designadamente quando tiver havido lugar a liquidação.

Fornecedores

Conta	Descrição	Valor
221	Fornecedores (Conta Corrente)	105.258,26 €
2211	Exigível até 12 meses	105.258,26 €

Fornecedores de Investimentos

Em 31 de Dezembro de 2020 nos SAS não existiam contas a pagar a fornecedores de investimentos e o IPS tem o valor de 742,31€.

Outras Contas a Pagar

Tem registados os valores de férias e subsídio férias a pagar em 2021, uma vez que por força do normativo legal, o direito a estes abonos se vence em 31 de dezembro de 2020, que ascendem a 2.193.583 €.



JAD
Santos
DJ

Tem ainda registado outros acréscimos de gastos, cujo gasto é referente ao ano de 2020 e o pagamento ocorre em 2021 (água, luz, comunicações, seguros, etc...)

No caso do IPS, o valor remanescente diz respeito a descontos a funcionários não entregues nas entidades e que foram pagos em 2021, bem como aos valores relativos a projetos que se encontram a aguardar reunir as condições necessárias para serem transferidas para os diversos parceiros. Os SAS têm registados os valores de cauções de alojamento, cauções de cartões de quiosques, montantes a devolver à DGES (reposições de bolsas de estudo por parte dos alunos), montantes de carregamentos dos cartões dos quiosques ainda não utilizados pelos alunos.

CONTA	2020
231	348 340,28 €
2722	2 251 074,32 €
27892	254 107,38 €
TOTAL	2 853 521,98 €

Contas a pagar- Passivo não corrente

Tem registados os valores referentes às cauções dos fornecedores que, por imperativo legal, fizeram os depósitos-cauções em conta em nome do IPSantarem e SAS.

Fornecedor	Valor
Armando Jorge Leitão de Sousa	1.010,53 €
Empresa, Empreendimentos Imobiliários de Santarém, Lda	495,03 €
DGF - Industria de Alumínios, Lda	839,00 €
CAFÉCOP, Lda	300,00 €
Alpeso - Construções, SA	439,46 €
API - Construções, Lda	1.558,50 €



IP Santarém



Conta de Gerência Consolidada de 01/01/2020 a 31/12/2020

A
Santos
Ary

MEO - Serviços de Comunicações e Multimédia, SA	359,26 €
ENGENHARIA, FISCALIZAÇÃO E SERVIÇOS, LDA	4.125,00 €
QUINAGRE -CONSTRUÇÕES, S.A.	12.149,99 €
J. INÁCIO – MÁQUINAS AGRÍCOLAS, LDA	5.526,75 €
DINISLUZ-Instalações Eléctricas, Lda.	8.841,15 €
UNIKSYSTEM – SISTEMAS DE INFORMAÇÃO, LDA	4.280,49 €
SPORTS PARTNER- Distribuição e Fabrico Equip.Desportivos	1.593,85 €
VALINOX – INDÚSTRIAS METALOMECÂNICAS, S.A	874,95 €
MIRATERRA – OBRAS PÚBLICAS, LDA	569,73 €
Total	42.963,69 €

19. BENEFÍCIOS DOS EMPREGADOS

Os benefícios de curto prazo dos empregados incluem salários, ordenados e contribuições para a Caixa Geral de Aposentações ou Segurança Social, férias anuais pagas e ausências por doença pagas, gratificações e outros prémios associados a resultados ou desempenho (se pagáveis dentro dos 12 meses após a data de relato).

As obrigações decorrentes dos benefícios de curto prazo são reconhecidas como gastos no período em que os serviços são prestados, por contrapartida do reconhecimento de um passivo que se extingue com o respetivo pagamento.

Resulta da legislação laboral em vigor que o direito a férias e subsídio de férias relativo ao período, por este coincidir com o ano civil, vence-se em 31 de dezembro de cada ano, sendo somente pago durante o período seguinte, pelo que os gastos correspondentes encontram-se reconhecidos como benefícios de curto prazo e tratados de acordo com o anteriormente referido.

Os benefícios decorrentes de cessação do emprego, são reconhecidos como gasto no período em que ocorrem.



Handwritten signatures and initials in the top right corner.

Tipo de encargo	2019	2020
Remunerações Certas e Permanentes dos órgãos sociais e de gestão	1.403.021,19 €	1.312.266,56 €
Remunerações do pessoal	13.065.113,66 €	12.773.992,91 €
Indemnizações	4.710,00 €	12.129,18 €
Encargos sobre remunerações	3.389.208,08 €	3.305.960,36 €
Acidentes no trabalho e doenças profissionais	1.820,88 €	228,81 €
Outros gastos com o pessoal	707,90 €	17.882,56 €
Gastos de Ação Social	161,16 €	0,00 €
Outros encargos sociais	287.676,44 €	330.650,28 €
Total	18.152.419,31 €	17.753.110,66 €

20. DIVULGAÇÕES DE PARTES RELACIONADAS

O grupo Instituto Politécnico de Santarém é constituído pelo Instituto Politécnico de Santarém (IP Santarém) e pelos Serviços de Ação Social do Instituto Politécnico de Santarém (SAS IP Santarém).

21. RELATO POR SEGMENTOS

Não aplicável.

22. INTERESSES EM OUTRAS ENTIDADES

Não aplicável.



Handwritten signatures and initials, including the name "Santos" at the bottom.

23. Outras Divulgações (divulgações consideradas relevantes para melhor compreensão da posição financeira e dos resultados)

Património

A rubrica de Património/Capital mantém-se com o valor de 2019.

Foi apurado um Resultado Líquido do Exercício para 2020 nos SAS no montante de -49.701,52€ e no IPS um lucro de 1.336.979,94€.

Para melhor detalhe recomenda-se a análise da Demonstração das Alterações ao Património Líquido do IPS.

24. Diferimentos

Os diferimentos respeitam à parte das propinas do ano letivo 2020/2021 cujo rendimento é diferido para o exercício económico seguinte (6 meses referentes às propinas de janeiro a junho de 2021) atingiram o montante global de 1.625.902€ no IPS.

25. Fornecimentos e serviços externos

No IPS os fornecimentos e serviços externos tiveram um decréscimo de 46% (907.832€).

De facto, foi feito um significativo esforço no sentido da redução dos encargos fixos (designadamente despesas relacionadas com água, eletricidade, combustíveis, vigilância, etc) como se pode constatar.



Conta de Gerência Consolidada de 01/01/2020 a 31/12/2020

Handwritten signatures and initials:
H
S. S. S.
H. H.

Detalhe da rubrica Fornecimentos e Serviços Externos (SAS e IPS)

Descrição	2020	2019
Fornecimentos e Serviços Externos	2 198 241,50	3 170 110,60
Subcontratos e parcerias	36 833,64	120 259,23
Serviços especializados	1 162 573,73	1 582 368,93
Materiais de consumo	196 594,95	221 730,96
Energia e fluidos	369 045,25	539 166,34
Deslocações, estadas e transportes	50 972,56	185 941,06
Serviços diversos	382 221,37	520 644,08

Ativos fixos tangíveis

Instituto Politécnico de Santarém e Serviços de Ação Social do IP Santarém
 Período de relato: 01-01-2020 a 31-12-2020

Quadro 5.1 - Ativos Fixos Tangíveis – Variação das Depreciações e Perdas por Imparidade Acumuladas

Descrição	Início do período			Fim do período		
	Quantos Externos	Depreciações acumuladas por tangíveis	Perdas por imparidade acumuladas	Quantos Externos	Depreciações acumuladas	Perdas por imparidade acumuladas
Ativos fixos em concessão						
Património histórico artístico e cultural	0.00€	0.00€	0.00€	0.00€	0.00€	0.00€
Ativos fixos em concessão em curso	0.00€	0.00€	0.00€	0.00€	0.00€	0.00€
Terrenos e recursos naturais	0.00€	0.00€	0.00€	0.00€	0.00€	0.00€
Edifícios e outras construções	0.00€	0.00€	0.00€	0.00€	0.00€	0.00€
Infraestruturas	0.00€	0.00€	0.00€	0.00€	0.00€	0.00€
Bens de domínio público património histórico artístico e cultural						
Terrenos e recursos naturais	0.00€	0.00€	0.00€	0.00€	89.10€	(89.10€)
Edifícios e outras construções	0.00€	0.00€	0.00€	0.00€	0.00€	0.00€
Infraestruturas	570.00€	0.00€	0.00€	570.00€	485.50€	485.50€
Património histórico artístico e cultural	0.00€	0.00€	0.00€	0.00€	0.00€	0.00€
Outros	0.00€	0.00€	0.00€	0.00€	0.00€	0.00€
Bens de domínio público em curso	0.00€	0.00€	0.00€	0.00€	0.00€	0.00€
	570.00€	0.00€	0.00€	570.00€	485.50€	396.40€
Outros ativos fixos tangíveis						
Terrenos e recursos naturais	1969310.72€	0.00€	0.00€	1969310.72€	0.00€	1969310.72€
Edifícios e outras construções	41182357.11€	6676989.25€	0.00€	41182357.11€	7048702.77€	34366574.13€
Equipamento básico	9392173.33€	8018248.69€	0.00€	10333943.69€	8769620.50€	1564323.19€
Equipamento de transporte	716488.15€	584812.79€	0.00€	756188.59€	618993.40€	137195.19€
Equipamento administrativo	3741601.44€	2159847.55€	0.00€	2422749.26€	2328449.31€	96299.95€
Equipamentos biológicos	111595.11€	102715.20€	0.00€	8879.91€	110395.58€	2353.55€
Outros	144635.65€	1242800.04€	0.00€	(1098164.39€)	842585.82€	35200.87€
Ativos fixos tangíveis em curso	87822.00€	0.00€	0.00€	87822.00€	0.00€	87822.00€
	57347983.51€	1878513.52€	0.00€	57975826.96€	19716747.38€	38259079.50€
	57344553.91€	18785513.52€	0.00€	57976312.46€	19716838.48€	38259475.98€

Handwritten signatures and initials at the top of the page.



Ativos fixos tangíveis

Instituto Politécnico de Santarém e Serviços de Ação Social do IP Santarém

Período de relato: 01-01-2020 a 31-12-2020

Quadro 5.2 - Ativos Fixos Tangíveis – Quantia Escriturada e Variações do Período (Valores Líquidos)

	Quantia		Variações					Quantia	
	Escriturada Inicial	Acresc.	Transferências Internas à Entidade	Revalorizações	Provisões de Ganhos por Impulsão	Perdas por Impulsão	Depreciações ex período	Omnipótes	Escriturada Final
Bens de domínio público património histórico artístico e cultural									
Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-89,10
Edifícios e outras construções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Infraestruturas	570,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	485,50
Património histórico artístico e cultural	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros ativos fixos tangíveis									
Terrenos e recursos naturais	1.969.310,72	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.969.310,72
Edifícios e outras construções	34.505.367,86	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-496.476,75	0,00	34.008.891,11
Equipamento básico	1.373.924,64	604.560,46	481.156,89	0,00	0,00	0,00	-328.750,81	-44,00	2.130.847,18
Equipamento de transporte	133.675,36	0,00	73.045,41	0,00	0,00	0,00	-35.344,97	0,00	171.375,80
Equipamento administrativo	1.581.653,89	21.764,93	1.633,00	0,00	0,00	0,00	-57.712,55	-1.292.968,67	252.737,60
Equipamentos biológicos	8.879,91	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-479,00	0,00	10.033,91
Outros	-1.098.164,39	739.101,33	0,00	0,00	0,00	0,00	-12.875,68	0,00	-371.938,74
Ativos fixos tangíveis em curso	87.822,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	87.822,00
	38.563.039,99	1.365.426,72	555.835,30	0,00	0,00	0,00	-931.639,76	-1.293.012,67	38.259.475,98

Handwritten initials and signatures at the top of the page.



Ativos fixos tangíveis

Instituto Politécnico de Santarém e Serviços de Ação Social do IPSantarém

Período de relato: 01-01-2020 a 31-12-2020

Quadro 5.2 A - Ativos Fixos Tangíveis – Adições

Rubricas	Saldo Inicial	Compra	Ganho	Adições							Total
				Transferência ou troca	Doação Instancia Pública ou Particular (a favor do Estado)	Outros	Exercício Financeira	Fundo de Reserva	Outros	Total	
Terrenos e recursos naturais											
Bens de domínio publico património histórico artístico e cultural	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€
Ativos fixos em concessão	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€
Outros ativos fixos tangíveis	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€
Ativos fixos em concessão em curso											
Ativos fixos em concessão	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€
Equipamento básico											
Outros ativos fixos tangíveis	0,00€	604560,46€	0,00€	481156,89€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	1085717,35€
Equipamento de transporte											
Outros ativos fixos tangíveis	0,00€	0,00€	0,00€	73045,41€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	73045,41€
Equipamento administrativo											
Outros ativos fixos tangíveis	0,00€	21764,93€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	21764,93€
Equipamentos biológicos											
Outros ativos fixos tangíveis	0,00€	0,00€	0,00€	1633,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	1633,00€
Ativos fixos tangíveis em curso											
Outros ativos fixos tangíveis	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€
Edifícios e outras construções											
Bens de domínio publico património histórico artístico e cultural	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€
Ativos fixos em concessão	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€
Outros ativos fixos tangíveis	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€
Infraestruturas											
Bens de domínio publico património histórico artístico e cultural	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€
Ativos fixos em concessão	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€
Património histórico artístico e cultural											
Bens de domínio publico património histórico artístico e cultural	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€
Ativos fixos em concessão	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€
Outros											
Bens de domínio publico património histórico artístico e cultural	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€
Outros ativos fixos tangíveis	0,00€	739101,33€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	739101,33€
Bens de domínio público em curso											
Bens de domínio publico património histórico artístico e cultural	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€
	0,00€	1.365.426,72€	0,00€	555.835,30€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	1.921.262,02€



Handwritten signatures and initials at the top of the page.

Ativos fixos tangíveis

Instituto Politécnico de Santarém e Serviços de Ação Social do IPSantarém

Período de relato: 01-01-2020 a 31-12-2020

Quadro 5.2 B - Ativos Fixos Tangíveis – Diminuições

Bens de domínio público património histórico artístico e cultural	Bens		Diminuições		Total
	Eliminação a Título Quilibrado	Transferência para o Título	Depreciação do Restante	Exercício de Presunção	
Bens de domínio público património histórico artístico e cultural					
Terenos e recursos naturais	0,00€	0,00€	0,00€	0	0,00€
Edifícios e outras construções	0,00€	0,00€	0,00€	0	0,00€
Infraestruturas	0,00€	0,00€	0,00€	0	0,00€
Património histórico artístico e cultural	0,00€	0,00€	0,00€	0	0,00€
Outros	0,00€	0,00€	0,00€	0	0,00€
Bens de domínio público em curso					
Terenos e recursos naturais	0,00€	0,00€	0,00€	0	0,00€
Edifícios e outras construções	0,00€	0,00€	0,00€	0	0,00€
Equipamento básico	0,00€	0,00€	0,00€	0	(44,00€)
Equipamento de transporte	0,00€	0,00€	0,00€	0	0,00€
Equipamento administrativo	0,00€	-1292690,37€	0,00€	0	(278,30€)
Equipamentos biológicos	0,00€	0,00€	0,00€	0	0,00€
Outros	0,00€	0,00€	0,00€	0	0,00€
Ativos fixos tangíveis em curso					
Terenos e recursos naturais	0,00€	0,00€	0,00€	0	0,00€
Edifícios e outras construções	0,00€	0,00€	0,00€	0	0,00€
Infraestruturas	0,00€	0,00€	0,00€	0	0,00€
Património histórico artístico e cultural	0,00€	0,00€	0,00€	0	0,00€
Ativos fixos em concessão em curso	0,00€	-1.292.690,37 €	0,00 €	0	-322,30 €
Ativos fixos em concessão					
Terenos e recursos naturais	0,00€	0,00€	0,00€	0	0,00€
Edifícios e outras construções	0,00€	0,00€	0,00€	0	0,00€
Infraestruturas	0,00€	0,00€	0,00€	0	0,00€
Património histórico artístico e cultural	0,00€	0,00€	0,00€	0	0,00€
Ativos fixos em concessão em curso	0,00 €	-1.292.690,37 €	0,00 €	0	-1.293.012,67 €

